

Mulheres, mídia e democracia

Eurídice Furtado Monteiro

PAIVA, Raquel (2008). *Política: palavra feminina*. Rio de Janeiro: Mauad X. 239 p.



Resumo: A presente resenha enfatiza que é a forma pela qual os meios de comunicação social retratam as candidaturas políticas femininas que preocupa Raquel Paiva, autora de *Política: palavra feminina*, um livro que certamente contribuirá para desmontar os discursos e as práticas discriminatórias acerca da participação política das mulheres nas democracias contemporâneas.

Palavras-chave: mulheres; política

Abstract: *Women, media and democracy* — The media's portrayal of female political candidates is a central concern in the book *Politics: Women's Words* by Raquel Paiva. Her work will undoubtedly contribute to dismantle the discourses and discriminatory practices that hamper women's political participation in contemporary democracies.

Keywords: women; politics

Com a hegemonia da democracia liberal, a participação política das mulheres tem merecido destaque. Temos assistido a um aumento significativo da representação das mulheres nos órgãos de poder político em vários países, nomeadamente nos países democráticos. Mas o poder político ainda continua a ser um espaço masculino e masculinizado, embora estejam surgindo, em países de diferentes grupos regionais e com diferentes índices de desenvolvimento humano — Ruanda, Moçambique, África do Sul, Noruega, Finlândia, Dinamarca, Espanha, Argentina, Costa Rica etc. — tendências para uma maior representação política feminina. Alguns desses países, aliás, têm políticas efetivas para a paridade política, no que se refere tanto aos cargos eletivos quanto aos de nomeação política.

Infelizmente, o caso brasileiro não se encontra entre os melhores exemplos: apesar de as mulheres representarem mais de metade do eleitorado brasileiro, a sua sub-representação nos órgãos de poder político é notável (ver breve reflexão histórica nas páginas

215 e seguintes). Nem os partidos políticos, que assumem o compromisso de promover a representação das mulheres para pelo menos 30% nas suas listas e em lugares elegíveis, têm conseguido contornar essa situação, acabando por não respeitar as disposições legais (p. 27-30). A própria composição dos órgãos partidários (MARTINS; TEIXEIRA, 2005) — também masculinos e masculinizados (o campo político continua a ser organizado de acordo com normas, valores e cultura masculinos) — é um elemento fundamental que permite analisar por que as mulheres ainda se encontram sub-representadas nas democracias contemporâneas, juntando a outras barreiras que dificultam o acesso e o desempenho de cargos políticos pelas mulheres.

Raquel Paiva mostra que o comportamento dos meios de comunicação social perante as candidaturas políticas femininas é útil também para a compreensão dos obstáculos a uma efetiva participação política das mulheres. Não é difícil esbarrar, “principalmente nas colunas sociais e colunas políticas, com matizes depreciativas para com as mulheres-políticas”, sendo que, frequentemente, “se dedicam a falar das mudanças de penteados das candidatas, de suas roupas, de partes de seus corpos ou de assuntos relativos às suas vidas privadas, enquanto deixam de dispensar aos homens-políticos o mesmo tratamento” (p. 7, 21-23 e 120). No estudo, Raquel Paiva percebe que tanto *O Globo* quanto *a Folha de S. Paulo* apresentam uma visão discriminatória em relação às candidaturas femininas, deixando pouca margem para a concepção de mulheres como sujeitos políticos (p. 143 e seguintes), mesmo no momento em que surge uma candidatura feminina disposta a entrar na corrida para as presidenciais de 2010.

Estudos recentes (por exemplo, Campos [2002]) têm mostrado que, antes de serem designadas como políticas, aquelas que exercem esse tipo de função são sobretudo olhadas como mulheres, exatamente pela mesma razão que as levou à exclusão durante tanto tempo, situação que ainda se mantém ao nível das estruturas partidárias, misóginas por excelência.¹ É por isso que as mulheres aparecem sempre, primeiro, como mulheres e, só depois, como políticas, situação midiaticizada pelos meios de comunicação social, os quais dão muita importância ao corpo, à aparência e ao modo de vestir, remetendo para segundo plano os aspectos intelectuais, sendo questionável se os mesmos não são muitas vezes pura e simplesmente esquecidos. Essa preferência das mídias pela aparência é discutida fortemente, na medida em que acentua ainda mais o campo das discriminações, representando verdadeiros obstáculos à carreira política.

Relativamente à sub-representação política das mulheres e à qualidade da democracia contemporânea, Raquel Paiva não deixa de considerar que, “[a] pesar de não dominar a cena pública, o fato de ter saído do espaço privado faz com que lhe sejam direcionados outros olhares” (p. 23), acrescentando que “a entrada massiva das mulheres no cenário do Legislativo

¹ Essa constatação de que as mulheres são consideradas mais como mulheres do que como responsáveis políticas é feita também por Gilles Lipovetsky (2000, p. 276). Para uma análise dessa problemática, ver as considerações de Boaventura de Sousa Santos (2006) sobre a *sociologia das ausências*, nomeadamente sobre a *lógica da classificação social*, em que o autor afirma que a desqualificação incide prioritariamente sobre os agentes e só derivadamente sobre a experiência social (práticas e saberes) de que eles são protagonistas.

e do Executivo pode trazer um enorme diferencial” (p. 9). Essa constatação também é sustentada por outras estudiosas (como Osório [2003]), realçando que a continuada presença das mulheres no campo do poder potencializa a redefinição do espaço político. Particularmente também sou partidária dessa perspectiva, defendendo maior participação das mulheres na política por duas grandes razões: em primeiro lugar, pela inclusão política de sujeitos historicamente excluídos (numa lógica da *política da presença*, defendida por Phillips [2001]); em segundo lugar, pela melhoria da qualidade da democracia dos nossos tempos.

Referências

- CAMPOS, M. A. C. (2002). *As mulheres deputadas e o exercício do poder político representativo em Portugal: do pós-25 de abril aos anos noventa*. Porto: Afrontamento.
- LIPOVETSKY, G. (2000). *A terceira mulher: permanência e revolução do feminino*. Lisboa: Instituto Piaget.
- MARTINS, M. M.; TEIXEIRA, C. P. (2005). *O funcionamento dos partidos e a participação das mulheres na vida política e partidária em Portugal*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- OSÓRIO, Conceição (2003). Poder político e protagonismo feminino em Moçambique. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Porto: Afrontamento. p. 347-372.
- PAIVA, R. (2008). *Política: palavra feminina*. Rio de Janeiro: Mauad X.
- PHILLIPS, A. (2001). De uma política de ideias a uma política de presença? *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 1, 2. sem., p. 268-290.
- SANTOS, B. S. (2006). *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. Porto: Afrontamento.

EURÍDICE FURTADO MONTEIRO é licenciada em sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra; mestre e doutoranda em sociologia, no âmbito do Programa “Pós-Colonialismos e Cidadania Global”, coordenado pelo Centro de Estudos Sociais e pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Galardoada em Cabo Verde com o “Prémio Nacional dos Direitos Humanos 2007”, na Categoria Estudo Científico, pela Dissertação de Mestrado intitulada *Mulheres, democracia e desafios pós-coloniais: uma análise da participação política das mulheres em Cabo Verde*. Para além da investigação científica, com publicações em revistas especializadas, colabora com várias associações de promoção dos direitos humanos e da cultura da paz, tendo um interesse particular pela utilização das TICs para a criação de novas redes transnacionais de defesa dos direitos humanos das mulheres.

eurymonteiro@hotmail.com

